-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação aos atos e fatos administrativos e aos atos e fatos contábeis a ela relacionada.

51 A direção de uma entidade decidiu assinar um contrato com um cliente para fornecimento de 10 mil unidades de um produto, com custo total de R$ 100 mil e margem de lucro prevista de 40%. Nesse caso, a decisão da direção constitui um ato administrativo que gera um fato contábil modificativo aumentativo para a entidade no momento da assinatura do contrato.

52 Uma entidade liquidou uma dívida com um fornecedor, em dinheiro, pagando juros em função do atraso no cumprimento da obrigação. Nessa situação, a transação descrita implicou um fato contábil misto.

53 Determinado fornecedor, interessado no produto gerado por um de seus clientes, propôs a ele uma troca: o fornecedor aceitaria a liquidação de débito relativo a um fornecimento que havia feito a esse cliente em troca de igual montante em produtos do cliente, ao preço de venda. Nesse caso, se o cliente aceitar a proposta de transação, ocorrerá, sob a perspectiva do fornecedor, um fato contábil permutativo no momento da troca.

Considerando aspectos relacionados às demonstrações contábeis adotadas no Brasil, julgue os itens seguintes.

54 Os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva de cada componente do patrimônio líquido podem ser incluídos na demonstração de mutações do patrimônio líquido, ficando a critério da entidade a decisão de incluí-los ou não.

55 O ativo não circulante subdivide-se em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

56 O montante do dividendo por ação do capital social deve ser indicado na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

57 A demonstração do resultado do exercício é um demonstrativo do tipo indutivo, pois, a partir das receitas obtidas, obtém-se o resultado líquido do exercício.

58 O valor adicionado apresentado na demonstração do valor adicionado representa a diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros pela entidade, incluindo também o valor adicionado recebido em transferência.

No que se refere às notas explicativas às demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

59 A divulgação em notas explicativas do conjunto completo de informações de política contábil, ainda que imateriais, é obrigatória.

60 Para aumentar a utilidade da informação contábil divulgada ao usuário, a entidade deve divulgar em notas explicativas as políticas contábeis específicas utilizadas na elaboração das suas demonstrações contábeis.

Certa entidade comercial tinha, no dia 1.º de março de determinado ano, um estoque inicial de 20 unidades de certa mercadoria, com valor total de R$ 400. Ao longo desse mesmo mês de março, a entidade realizou as movimentações apresentadas na tabela a seguir.

data	movimentação
4/3	compra de 30 unidades pelo montante de R$ 900
13/3	venda de 10 unidades
19/3	venda de 20 unidades
26/3	compra de 30 unidades pelo montante de R$ 1.050
31/3	venda de 10 unidades

Considerando a situação hipotética precedente e sabendo que o estoque em questão é relativo a mercadorias para revenda, julgue os próximos itens, no que concerne ao controle de estoque dessa entidade.

61 Conforme o método da média ponderada móvel, o custo das mercadorias vendidas em 31/3 do ano em questão foi de R$ 300.

62 Conforme o método PEPS, o estoque final de mercadorias para revenda em 31/3 daquele ano totalizava R$ 1.350.

Acerca do plano de contas aplicável ao setor público (PCASP) e dos aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público, julgue os itens a seguir.

63 Os entes da Federação podem desdobrar as contas contábeis do PCASP além do sétimo nível, inclusive para registrar informações complementares, desde que observadas as regras de detalhamento previstas no MCASP.

64 Em relação ao aspecto fiscal, a contabilidade pública compreende, entre outros elementos, a apuração e a evidenciação de indicadores relativos à despesa com pessoal, às operações de crédito e à dívida consolidada, bem como à disponibilidade de caixa e aos resultados primário e nominal, tendo o relatório de gestão fiscal e o relatório resumido da execução orçamentária como seus principais instrumentos de evidenciação.

65 No PCASP, as contas de natureza de informação orçamentária abrangem as classes 5 e 6, destinadas, respectivamente, ao controle da execução e ao controle da aprovação do planejamento e orçamento.

66 Na contabilidade pública, o aspecto orçamentário compreende o registro e a evidenciação da aprovação e da execução do orçamento público, tendo como principais instrumentos de evidenciação o relatório resumido da execução orçamentária, o balanço orçamentário e a demonstração das variações patrimoniais.

Acerca do balanço orçamentário, do balanço financeiro e da demonstração das variações patrimoniais (DVP), julgar os itens subsecutivos.

67 No balanço orçamentário, o excesso ou a insuficiência de arrecadação é evidenciado pelo confronto entre a previsão atualizada e a receita realizada, decorrendo o superávit orçamentário da diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

68 Na DVP, o resultado patrimonial do período é obtido pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo o valor apurado incorporado ao saldo patrimonial do balanço patrimonial do exercício.

69 No balanço orçamentário, o déficit orçamentário corresponde à diferença negativa entre a previsão atualizada e a receita realizada, evidenciando, portanto, insuficiência de arrecadação no exercício.

70 Resultado financeiro positivo apurado no Balanço Financeiro caracteriza necessariamente bom desempenho da gestão financeira e corresponde ao superávit financeiro disponível para a abertura de créditos adicionais.

Com base nas Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público (NBC TSP) e na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem.

71 Para fins de classificação da despesa, a Lei n.º 4.320/1964 considera investimento a dotação destinada à aquisição de imóvel necessário à realização de uma obra, enquanto a aquisição de imóvel já em utilização é classificada como inversão financeira.

72 De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, a Lei de Orçamento deve compreender todas as receitas, inclusive as operações de crédito por antecipação da receita, em observância ao princípio da universalidade.

73 A NBC TSP – Estrutura Conceitual e as demais NBCs TSP são de aplicação obrigatória às entidades do setor público na elaboração e divulgação dos relatórios contábeis de propósito geral (RCPGs), estando abrangidos os governos federal, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes e órgãos autônomos.

74 Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a tributação constitui transação com contraprestação, pois o pagamento compulsório de tributos confere ao contribuinte o direito de receber serviços públicos em valor aproximadamente equivalente ao montante recolhido.

Considerando os conceitos e terminologias aplicáveis à contabilidade de custos, julgues os itens seguintes.

75 As técnicas da contabilidade de custos, restritas às formalidades legais da contabilidade, são aplicadas às empresas industriais, não sendo possível aplicá-las às empresas públicas ou às entidades sem fins lucrativos.

76 Os encargos financeiros incorridos por uma entidade com vistas à obtenção de um produto ou serviço qualquer para a produção de um bem ou para a obtenção de uma receita são denominados despesas.

77 Custos comuns são também denominados custos econômicos ou custos não contábeis e representam o quanto a empresa sacrificou de recursos em termos de remuneração por ter aplicado seus recursos em determinada alternativa em vez de outra.

Determinada entidade industrial apresenta os seguintes dados gerenciais, retirados do seu sistema de informações contábeis.

matéria-prima consumida	R$ 240.000,00
mão de obra direta	R$ 360.000,00
mão de obra indireta	R$ 530.000,00
outros custos indiretos de fabricação	R$ 410.000,00
custo total no período	R$ 1.540.000,00

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens.

78 Os custos de transformação totais da entidade foram de R$ 1.300.000,00.

79 Uma das vantagens do método de custeio variável é sua objetividade: dispensa os rateios de custos fixos, que são inevitavelmente arbitrários e subjetivos.

80 Considerando-se que a referida entidade possua somente um tipo de produto, utilize o custeio por absorção e tenha produzido 616.000 unidades no período, é correto afirmar que o custo unitário desse produto totalizou R$ 2,50.

Uma empresa industrial apresentou as seguintes informações.

mão de obra direta	R$ 1.340.000,00
mão de obra indireta	R$ 135.500,00
energia elétrica da loja	R$ 16.000,00
energia elétrica da fábrica	R$ 58.000,00
compras de matéria-prima	R$ 468.000,00
estoque inicial de matéria-prima	R$ 0,00
estoque final de matéria-prima	R$ 120.000,00
estoque inicial de produtos em elaboração	R$ 0,00
estoque final de produtos em elaboração	R$ 0,00
estoque inicial de produtos acabados	R$ 0,00
estoque final de produtos acabados	R$ 0,00

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

81 O custo de produção e o custo dos produtos vendidos são iguais e totalizam, cada um, R$ 1.881.500,00.

82 No período, foram utilizados na produção R$ 300.000,00 de material direto.

Com base nos conceitos de custos e nas disposições da NBC 34 – Custos no setor público, julgues os itens a seguir.

83 O conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade é denominada, no âmbito dos custos no setor público, de valor público.

84 Os custos não controláveis variam no total na proporção direta das variações da atividade total ou do volume de produção relacionado e são sinônimos de custos variáveis.

85 O custo-padrão não pode ser considerado medida de eficiência do processo produtivo, uma vez que sua utilização não permite identificar ineficiência ou desvio de recursos no processo de produção.

86 O método de custeio-padrão caracteriza-se pela prefixação do custo com base no histórico ou em metas empresariais, facilitando a apuração do balancete de verificação.

Com base na legislação aplicável ao orçamento público e à gestão fiscal, julgue os itens a seguir.

87 No tocante à transparência da gestão fiscal, compete ao órgão central de contabilidade da União estabelecer regras para a disponibilização de informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais pelos municípios, inclusive quanto à periodicidade, ao formato e ao sistema utilizado.

88 A sessão legislativa anual no Congresso Nacional, prevista no art. 57 da Constituição Federal de 1988, não poderá ser interrompida sem a aprovação do projeto de lei orçamentária anual.

Julgue os seguintes itens, referentes à análise de balanços e às funções da controladoria.

89 Entre as funções da controladoria em uma organização, o planejamento é a que coordena a divisão de tarefas, com indicação clara de autoridade, poder e responsabilidade.

90 A análise horizontal do balanço de determinada empresa implica a avaliação da evolução relativa das rubricas relevantes, o que pode incluir a comparação dos valores de uma mesma rubrica nos balanços de anos sucessivos.

Com base na Instrução Normativa CGU n.º 3/2017, que estabelece o referencial técnico da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo federal, julgue os itens subsequentes.

91 No andamento de uma auditoria interna governamental, caso seja negado acesso a determinado sistema considerado essencial para a execução da auditoria, essa limitação deve ser comunicada, de imediato e por escrito, à alta administração do órgão auditado ou ao conselho, se houver.

92 A comunicação dos resultados da auditoria interna não deve considerar eventuais esclarecimentos prestados pela gestão, pois os gestores serão chamados a se pronunciar após a conclusão e aprovação do relatório de auditoria.

93 Segundo a referida instrução normativa, a atividade de auditoria interna enquadra-se na segunda linha de defesa.

94 Depois de concluído o planejamento de uma atividade de auditoria interna, eventuais ajustes necessários no programa de trabalho somente poderão ser promovidos mediante autorização prévia do supervisor da auditoria.

Com base na legislação e nos normativos aplicáveis à gestão de recursos de transferências federais e às licitações e aos contratos administrativos, julgue os próximos itens.

95 Uma vez celebrado o termo de convênio, caso o resultado do processo licitatório venha a ser superior ao valor previsto no plano de trabalho, a diferença do valor deverá ser arcada pelo convenente, a título de contrapartida, sem possibilidade de redução de metas ou etapas.

96 Caso seja evidenciada, na gestão de recursos oriundos de convênio celebrado com a União, a prática de preços abusivos na contratação de serviços pelo município convenente, com consequente dano ao erário, o órgão concedente ou a mandatária da União deverá promover as medidas administrativas cabíveis para a elisão do dano e, caso tais medidas resultem infrutíferas, deverá instaurar a competente tomada de contas especial.

97 É inexigível a licitação para que um artista consagrado pela opinião pública seja contratado por intermédio de empresário que detenha declaração de exclusividade para representá-lo restrita ao evento para o qual se destina a contratação.

98 De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, o pregão não se aplica às contratações de serviços comuns de engenharia.

No que se refere às funções do Estado, ao bem-estar social e às políticas públicas, julgue os itens a seguir.

99 A atuação do Estado nas áreas de saúde e educação, enquanto política de bem-estar social, pressupõe a oferta direta desses serviços pelo setor público.

100 A política de estabilização tem por finalidade manter o crescimento do nível de renda médio constante, mediante a utilização de impostos e de benefícios fiscais.

101 O estudo das finanças públicas compreende a análise dos efeitos da atuação do Estado sobre a eficiência econômica, a distribuição de renda e a estabilidade macroeconômica.

102 A função alocativa do Estado decorre, entre outros fatores, da existência de bens públicos e de externalidades, que podem impedir uma alocação eficiente de recursos pelo mercado.

Em relação à tributação e ao federalismo fiscal, julgue os itens que se seguem.

103 A tributação progressiva da renda é um instrumento de redução da desigualdade social, pois promove uma contribuição maior, em termos relativos, das camadas de maior renda.

104 No federalismo fiscal, a distribuição de competências tributárias, receitas e responsabilidades pela provisão de bens e serviços públicos busca aproximar a atuação governamental das necessidades da população, promovendo maior eficiência na atuação do Estado.

105 O aumento da participação dos gastos com consumo na renda das famílias reforça o caráter progressivo da tributação indireta.

No que concerne aos indicadores financeiros, ao déficit público e à sustentabilidade da política fiscal, julgue os itens a seguir.

106 A expansão do déficit público e da relação dívida pública/PIB para o financiamento de políticas sociais é um instrumento de política fiscal sustentável, em função dos benefícios econômicos gerados por esses gastos.

107 O superávit primário ocorre quando as receitas do governo superam suas despesas, excluídas as receitas e despesas financeiras.

108 As necessidades de financiamento do setor público (NFSP) correspondem ao montante de recursos necessários para financiar investimentos em infraestrutura e segurança.

109 O déficit público pode ser financiado, entre outras formas, por meio da emissão de títulos públicos, que permite ao governo obter recursos de curto prazo junto aos agentes econômicos com a contrapartida de obrigações financeiras futuras.

Acerca de receitas orçamentárias e seus estágios, gestão e regime orçamentário, créditos orçamentários e adicionais e da gestão orçamentária e financeira, julgar os itens a seguir.

110 Os créditos suplementares e especiais destinam-se, respectivamente, ao reforço de dotação orçamentária e às despesas urgentes e imprevistas, enquanto os créditos extraordinários destinam-se às despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

111 O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior e o excesso de arrecadação constituem recursos disponíveis para a abertura de créditos suplementares e especiais, nos termos da legislação orçamentária.

112 No regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, sem prejuízo da aplicação integral do regime de competência para o reconhecimento dos efeitos patrimoniais das transações e de outros eventos.

113 Para que possam ser reconhecidas como receitas do exercício, todas as receitas orçamentárias devem percorrer, necessariamente, as etapas de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, nessa ordem.

Durante a elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento do Município de Ponta Porã, a equipe técnica analisou:

(i) um investimento público com execução prevista para três exercícios financeiros;
(ii) a definição das metas e prioridades da administração para o exercício seguinte; e
(iii) a possibilidade de inserir, na lei orçamentária anual (LOA), autorização para abertura de créditos suplementares.

Com base nessa situação hipotética e no disposto na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

114 As metas e prioridades para o exercício seguinte deverão ser estabelecidas no plano plurianual, cabendo à lei de diretrizes orçamentárias apenas orientar a elaboração da LOA.

115 O investimento previsto para três exercícios poderá ser iniciado sem inclusão no plano plurianual, desde que haja dotação suficiente na LOA do primeiro exercício.

116 A inclusão, na LOA, de autorização para a abertura de créditos suplementares não viola a vedação constitucional à inserção de matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.

Cerca de auditoria governamental e seus princípios e definições, assim como de gestão fiscal, julgue os itens subsequentes.

117 Na auditoria financeira, o objetivo é verificar a confiabilidade das informações financeiras divulgadas, enquanto a atuação do controle externo também pode abranger a conformidade com leis e regulamentos e o desempenho operacional.

118 O relatório resumido da execução orçamentária é elaborado pelo Poder Executivo e seus demonstrativos devem ser elaborados e publicados até trinta dias após o encerramento do bimestre de referência, enquanto o relatório de gestão fiscal tem por objetivo dar transparência à gestão fiscal do titular do Poder ou órgão, principalmente mediante a verificação do cumprimento dos limites.

119 A auditoria financeira e a auditoria operacional são sempre trabalhos de certificação, enquanto a auditoria de conformidade é necessariamente trabalho de relatório direto.

120 A concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada obrigatoriamente da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e de medidas de compensação, no período correspondente ao exercício em que iniciar sua vigência e aos dois seguintes.

Espaço livre